

**EFEITOS DIRETOS, INDIRETOS E TARDIOS: TRAJETÓRIAS DA
TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Mario Fuks

Trabalho a ser apresentado no 34º Encontro Anual da Anpocs, no ST04 Comportamento Político, Caxambu, 25-29 de Outubro 2010.

EFEITOS DIRETOS, INDIRETOS E TARDIOS: TRAJETÓRIAS DA TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Resumo

O artigo propõe um modelo para explicar o processo mediante o qual os jovens se tornam cidadãos participativos. Veremos que ele ocorre de duas formas complementares. A primeira é a transmissão imediata, embora, em grande medida, estimulada por efeitos indiretos, das rotinas participativas. A segunda depende de um processo de longa duração, gerando a participação como efeito tardio. Acreditamos que, ao incluir efeitos diretos, indiretos e tardios, o nosso modelo é capaz de explicar porque e de que forma os ambientes familiar e escolar afetam a participação política do jovem. Em termos mais específicos, o estudo mostra que a participação política dos pais é a forma mais eficaz de se “ensinar” participação política aos filhos. Em relação às condições sócio-econômicas da família, embora não transmitam participação aos filhos, são elas que criam condições mais ou menos favoráveis para o envolvimento dos pais em atividades participativas. O ambiente familiar, juntamente com o ambiente escolar, também age sobre a motivação do jovem para participar de atividades políticas. Jovens mais propensos a participar são aqueles que, mais tarde, serão mais receptivos aos “convites” de participação política na vida adulta. No conjunto, os dados apontam associação entre a reprodução intergeracional da desigualdade social e da desigualdade política. Para testarmos o nosso modelo, realizamos um survey com alunos do ensino médio de Belo Horizonte. Jovens de 14 escolas da rede pública e privada de Belo Horizonte foram entrevistados.

INTRODUÇÃO¹

Nesse artigo, buscamos entender o processo mediante o qual os jovens se tornam cidadãos participativos. Veremos que ele ocorre de duas formas complementares. A primeira é a transmissão imediata, embora nem sempre direta, das rotinas participativas. A segunda depende de um processo de duração mais longa, gerando a participação como efeito tardio.

Entendemos que pensar a participação desses jovens a partir de uma perspectiva combinada, que leva em conta tanto as atividades políticas desenvolvidas no presente como os fatores responsáveis pela formação de uma “vocação” participativa, possibilita uma análise mais completa do que a convencional. Além disso, a transmissão intergeracional da participa o política  , em alguns de seus aspectos, um processo de duas etapas, na medida em que certas características dos pais (por exemplo, a escolaridade) afetam outras (nesse caso, a participa o política), as quais, por sua vez, têm influência sobre a participa o política dos filhos.

Acreditamos que o nosso modelo oferece algumas vantagens². Primeiro, ele   capaz de explicar uma parte substantiva dos efeitos dos ambientes familiar e escolar

¹ O presente artigo apresenta resultados parciais da pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socializa o política”, coordenada pelo professor Mario Fuks e financiada pelo CNPq e pela Funda o de Amparo   Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Agradecemos o apoio dos coordenadores do Parlamento Jovem (PJ) e de toda a equipe da PUC-BH, assim como da Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Registramos também o nosso agradecimento aos diretores e coordenadores pedagógicos das escolas que participaram da pesquisa, cuja colabora o tornou possível a concretiza o do projeto. A pesquisa contou a assessoria técnica e supervisão de campo realizada pela pesquisadora Maria Aparecida Machado Pereira. Participaram da pesquisa Fabrícia de Almeida Costa, Ana Luísa da Cunha Pinheiro, Angel Dornelas Trindade, Amanda Horta Campos e Leôncio Farias, Karla Juliana Onofre e Liliane da Concei o Rosa, todos alunos do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais. De fundamental importância para assegurar qualidade na produ o dos dados da pesquisa foi o apoio, na elabora o do questionário e do banco de dados, da Cinthia Barros e do Fabrício Fialho. Este artigo não teria sido escrito sem a inestimável colabora o do Frederico Batista Pereira, tanto pela interlocu o vívida e contínua como pelas sugestões de natureza metodológica.

² O modelo apresentado neste artigo tem afinidade com o “modelo do voluntarismo cívico”, de Verba, Schlozman e Brady (1995), o qual contribuiu para o refinamento de algumas das categorias e linhas de análise que desenvolvemos. Além disso, parte das conclusões que apresentamos corrobora os achados de Verba, Burns e Schlozman (2003) e Verba, Schlozman e Burns (2005), em especial no que diz respeito ao papel desempenhado por ambientes familiares politicamente estimulantes na participa o política dos filhos. Uma diferença importante   que os autores elaboram o seu modelo a partir de entrevistas com adultos, dependendo de seu relato retrospectivo para obter informa es a respeito de sua vida quando jovem. Se comparado com a análise que oferecemos aqui, a fonte utilizada pelos autores tem a vantagem de permitir avaliar os efeitos das determina es sócio-econômicas e das experiências socializadoras do passado sobre a participa o política do adulto, no presente. A vantagem da nossa pesquisa   que temos acesso ao relato do próprio jovem a respeito de suas experiências participativas e do seu ambiente de socializa o política, o que assegura uma análise bem mais confiável a respeito da sua participa o política na juventude.

sobre o jovem, que, nesse momento da vida, teve pouco contato com o mundo da política e, muito menos, oportunidade de participar de atividades de natureza política. Além disso, a tese dos efeitos indiretos do ambiente familiar e escolar é a única capaz de sustentar que, de fato, esses ambientes importam, pois, as evidências de que dispomos indicam que, com a exceção da participação política dos pais, eles contribuem apenas de forma indireta para explicar a participação política do jovem no presente.

Nossas análises são feitas a partir dos dados de um survey realizado, em 2008, com jovens do ensino médio de Belo Horizonte. Uma amostra não-aleatória³ de 351 casos foi elaborada com a finalidade de identificar os efeitos da participação no Parlamento Jovem mineiro⁴ sobre o comportamento, o conhecimento e as atitudes políticas de jovens⁵.

O artigo divide-se em três partes. Na primeira, discutimos a transmissão intergeracional da participação política. Na segunda, discutimos as diferentes modalidades de participação política analisadas no artigo. Na terceira seção, apresentamos, por etapas, o nosso modelo, integrando os efeitos diretos, indiretos e tardios do processo de transmissão da participação política.

PARTICIPAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

O debate sobre o papel da socialização na aquisição de conhecimento, na formação das atitudes e no padrão de comportamento político do jovem reitera, constantemente, que a família e a escola são os ambientes definidores nesse processo. No

³ Portanto, os resultados aqui apresentados, embora sejam bastante sugestivos e tenham como referência um amplo número e, especialmente, variedade de tipos de escola, não têm validade estatística para o conjunto de alunos de ensino médio de Belo Horizonte.

⁴ O Parlamento Jovem é promovido pela Escola do Legislativo, vinculada à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em parceria com o curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas) e é destinado aos alunos do ensino médio das escolas das redes pública e privada de Belo Horizonte.

⁵ A pesquisa seguiu um desenho quase-experimental com pré-teste e pós-teste e grupo de controle, sem randomização, porém com emparelhamento. A randomização não pode ser feita, em função da natureza do estudo, pois a escolha dos indivíduos que participam do Parlamento Jovem está fora do controle dos pesquisadores e não segue critérios aleatórios. O emparelhamento entre o grupo de tratamento e o grupo de controle foi feito por meio da seleção de estudantes de outras escolas que não participaram do Parlamento Jovem, com base em certas características importantes como, por exemplo, se eram públicas ou privadas e o valor das mensalistas nas escolas privadas. Ao todo, jovens de 14 escolas foram entrevistados. Houve dois momentos de mensuração: a) o primeiro se ocorreu no início do Parlamento Jovem e; b) o segundo, ao final do projeto. Apenas os dados da primeira onda de entrevistas, a qual antecede a experiência de participar no Parlamento Jovem, serão explorados aqui. A primeira onda de entrevistas foi realizada de fevereiro a março de 2008

campo da cultura política (Almond e Verba, 1963), em estudos sobre novas formas de engajamento cívico (Zukin, Keeter, Andolina, Jenkins e Delli Carpini, 2006), no debate sobre educação cívica (Slomczynski e Shabad 1998; Ichilov 2007; Finkel e Ernst 2005; Finkel, 2003) ou na literatura sobre participação política (Verba, Burns e Schlozman, 2003; Verba, Schlozman e Burns, 2005; Nie, Junn e Stehlik-Barry, 1996, Campbell, 2006), o que, invariavelmente, encontramos é a apresentação de evidências de que as estruturas, fenômenos e processos associados aos ambientes familiar e escolar têm conseqüências substantivas no comportamento político do jovem e, futuramente, do adulto.

No caso dos estudos sobre participação política, a escolaridade e o engajamento político dos pais têm sido apontados como os elementos decisivos na formação do perfil político do jovem (Jennings, Stoker e Bowers, 1999; Hillygus 2005; Jennings, 2000; Zukin, Keeter, Andolina, Jenkins e Delli Carpini, 2006; Verba, Schlozman e Burns 2005; Verba, Burns e Schlozman, 2003). Alguns autores têm chamado a atenção também para o tipo de escola que o jovem frequênta (Ichilov, 2007; Andolina, Jenkins, Zukinf e Keeter, 2003; Niemi e Chapman, 1998).

Mas, essas certezas colocam uma série de questões, algumas delas ainda pouco esclarecidas. Uma delas é a dinâmica entre os diversos fatores que compõem esses contextos socializadores e os mecanismos por meio dos quais eles geram efeitos sobre a participação política dos jovens. Nosso objetivo, aqui, é avançar no entendimento de questões dessa natureza.

O argumento do artigo é o de que pensar a influência dos ambientes familiar e escolar a partir de um modelo que inclua os efeitos diretos, os efeitos indiretos e os efeitos tardios permite uma melhor compreensão do processo de transmissão intergeracional da participação política. A força desse argumento reside em duas considerações: 1) não podemos transpor, automaticamente, um modelo que explica a participação política de um indivíduo para um processo de dois estágios, tal como o de transmissão da participação política, e isso vale, especialmente, para o efeito da escolaridade e da classe social dos pais sobre a participação política dos filhos; 2) como se trata de um processo de formação do perfil político e como a maioria dos alunos de ensino médio ainda não alcançou uma faixa etária politicamente ativa, não se pode esperar que todos os efeitos sobre a participação ocorram de forma imediata.

Em relação à primeira consideração, o que queremos dizer é que, se parece natural que a escolaridade de um indivíduo explique a sua participação política, não é tão óbvio assim que a sua escolaridade explique a participação política de seu filho, ao menos como relação direta. Com isso, não queremos negar que a escolaridade e também a classe social dos pais exerçam efeito sobre a participação política dos jovens, mas esse efeito não passa pelo mesmo mecanismo que gera o ativismo dos próprios pais. A condição sócio-econômica dos pais importa porque ela impulsiona a sua própria participação política, a qual, por sua vez, estimula a participação política dos filhos. O fenômeno em questão é o efeito indireto e, como veremos adiante, também o efeito tardio.

A segunda consideração é menos controversa. Não parece haver dúvida de que, em média, um indivíduo, na faixa etária de 14 a 16 anos, participa pouco de atividades políticas típicas da vida adulta, como, por exemplo, aquelas associadas ao trabalho, ao voluntarismo cívico e às eleições. O mais provável é que a sua participação, quando ocorre, seja concentrada em atividades estudantis.

Portanto, sem considerar os efeitos indiretos e os efeitos tardios, não teremos uma compreensão mais ampla do processo de constituição do perfil político dos jovens, de forma a explicar a sua participação política atual e aquela que exercerá quando for adulto.

MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Seguindo a obra de referência de uma das principais tradições de estudo sobre participação política (Verba, Scholzman e Brady, 1995), a participação individual tem como marca distintiva ser uma atividade dirigida a instituições governamentais com o objetivo de influenciar suas ações. Há, de acordo com esse modelo, três modalidades de participação: 1) a atividade cívica, como o trabalho voluntário em associações beneficentes; 2) ações dirigidas ao governo e aos políticos, como, por exemplo, a participação em manifestações públicas e envio de cartas; 3) e as atividades eleitorais, incluindo a participação em campanha e o próprio ato de votar. As duas últimas modalidades seriam ações propriamente políticas, enquanto que a primeira seria ação cívica.

Embora isso não resulte em nenhuma alteração da tipologia proposta, os autores reconhecem que a fronteira entre o ativismo cívico e a participação política não é bem

nítida⁶, pois, com frequência, as atividades cívicas também buscam respostas governamentais⁷ e certas organizações situam-se “on the fuzzy border between the two” (Verba, Schlozman e Brady, 1995, p. 7).

Nosso banco de dados conta com variáveis que cobrem três tipos de participação⁸. O primeiro tipo é composto por ações políticas não-eleitorais, tais como assinar abaixo-assinado ou participar de manifestações públicas. Outra forma de participação presente, em nosso estudo, é a que ocorre em organizações da sociedade civil, tais como os grupos de defesa de minorias e as associações de moradores de bairro. O banco ainda oferece informação a respeito da participação dos jovens em estruturas de participação da própria escola e da vida estudantil, incluindo ser representante de turma e participar de grêmio estudantil.

Seguindo o modelo de participação apresentado acima, não há dúvida a respeito do caráter político de ações individuais dirigidas às instituições públicas. No entanto, a participação em organizações da sociedade civil e em atividades estudantis não são, claramente, políticas, dependendo de uma avaliação a respeito do alvo de sua ação. No que se refere ao primeiro caso, podemos considerar as organizações da sociedade civil presentes em nosso estudo como políticas, pois são associações que, ao menos em certas circunstâncias, “takes stands on public issues either nationally or locally” (Verba, Schlozman e Brady, 1995, p. 59), em especial aquelas que agem em defesa de minorias ou e de causas específicas⁹.

Já o ativismo estudantil, embora não seja, neste modelo, considerado como propriamente político, é o tipo de participação mais próximo do universo de vida de alunos do ensino médio, sendo o que, de longe, ocorre com maior frequência. Além disso, a participação estudantil é vista pelos autores como um dos principais tipos de atividade que fomentam participação política futura.

⁶ No caso brasileiro, isso parece ser ainda mais saliente, pois, tradicionalmente, há um claro propósito político nas atividades de um segmento expressivo das associações da sociedade civil.

⁷ O critério que utilizam para classificar uma organização como política ou não-política é subjetivo, a partir da declaração do entrevistado. Há, no entanto, certa ambigüidade no critério utilizado para situar as organizações na tipologia proposta, pois, em alguns casos, como, por exemplo, a participação na igreja como não-política, são os próprios autores que definem. A distinção entre associações de natureza política e não-política é de fundo teórico, pois a tese dos autores é que a participação em associações não-políticas precede e explica a participação em associações políticas.

⁸ Considerando a realidade diversa dos jovens, incluindo os muitos casos em que o jovem não tem idade para votar, a participação eleitoral não foi, aqui, considerada.

⁹ A lista completa dos tipos de participação em organizações da sociedade civil encontra-se no anexo II deste artigo.

That activity in school government or school clubs is such a strong predictor of latter political activity fits nicely with our emphasis on the role of civics skills as a resource for politics, for those activities would presumably develop communications and organizational skills (Verba, Schlozman e Brady, 1995, p. 425).

EXPLICANDO A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL

Escolhemos como variáveis independentes¹⁰ aspectos dos dois principais ambientes de socialização do jovem: o familiar e o escolar. Entendemos que a distribuição da participação política entre os alunos depende, em grande medida, de como esses ambientes são constituídos. No ambiente familiar, consideramos a escolaridade, a classe e a participação política dos pais. Como indicador da diferença entre os ambientes escolares dos jovens, classificamos as escolas em quatro tipos¹¹: escola pública, escola pública militar, escola particular de classe média e escola particular de elite.

Por fim, um terceiro conjunto de variáveis remete a atributos individuais. Apesar de sua associação com estruturas de oportunidade dos ambientes socializadores, a exposição à informação, o interesse por política, a eficácia política subjetiva, a propensão a expressar publicamente opiniões e a postura crítica em relação à autoridade, na escola, dependem da motivação e da iniciativa do jovem. Incluímos também, nos modelos, três variáveis demográficas: raça, sexo e religião.

Dividimos a nossa análise em duas partes. Começamos com uma visão geral da participação, a partir de uma soma simples de todas as atividades participativas¹². Em seguida, exploramos os três tipos de participação.

Uma primeira leitura dos dados revelou que, para a nossa surpresa, variáveis clássicas, como a classe do pai¹³, a escolaridade dos pais e o tipo de escola em que o filho

¹⁰ Uma descrição detalhada de como as variáveis independentes foram construídas encontra-se no anexo I deste artigo.

¹¹ Os critérios utilizados na classificação das escolas como de elite e classe média foram a mensalidade e a localização geográfica. Assim, nenhuma escola de classe média tem, na primeira e segunda série do ensino médio, mensalidade superior a R\$ 520,00, enquanto que as mensalidades das escolas de elite variam entre R\$ 642,00 e 738.00. Da mesma forma, além de serem reconhecidas publicamente como “tradicionais”, todas as escolas de elite se situam na região mais valorizada de Belo Horizonte (zona sul). No caso das escolas públicas e militares, a classificação apenas reproduz a identidade jurídica dessas escolas.

¹² Uma descrição detalhada de como as variáveis dependentes foram construídas encontra-se no anexo II deste artigo.

estuda, não têm relação com a participação política do jovem (tabela 1). Os fatores que, de fato, importam são a participação dos pais, a exposição à informação, a eficácia política subjetiva e ser religioso.

Tabela 1: modelo de regressão linear¹⁴

Variável Dependente: Escala de Participação Geral

	B (Erro Padrão)	B Padronizado
(Constante)	4,2 (0,6)	
Escola pública militar (pública)	-0,57 (0,46)	-0,11
Escola Particular de classe média (pública)	-0,67 (0,55)	-0,11
Escola Particular de elite (pública)	0,25 (0,66)	-0,04
Escolaridade dos pais	-0,17 (0,25)	-0,06
Participação dos pais	0,79*** (0,14)	0,3
Exposição à informação política	0,1*** (0,02)	0,22
Eficácia política subjetiva	0,67** (0,28)	0,12
Propensão a debater	0,37 (0,29)	0,66
Postura Crítica	0,51 (0,22)	0,12
Religioso	0,68** (0,3)	0,12
Sexo (feminino)	-0,43 (0,27)	-0,08
Raça (preto)	0,53 (0,49)	0,05
N	351	
R ² Ajustado	0,254	

¹³ Incluímos, em todos os modelos apresentado neste artigo, variáveis referentes à ocupação profissional dos pais. Como a classe não se revelou relevante em nenhum dos modelos de efeito direto e não mudou os efeitos das demais variáveis, por parcimônia, optamos por incluir, em nossos modelos, apenas a escolaridade dos pais como indicador da condição sócio-econômica da família.

¹⁴ Todas as tabelas e gráficos apresentados neste artigo têm como fonte a pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

** Estatisticamente significante a 0,05

*** Estatisticamente significante a 0,01

As categorias de referência das variáveis independentes estão entre parêntesis.

Ficariamos muito surpresos se a participação dos pais não se constituísse como um mecanismo decisivo de socialização política, estimulando o envolvimento político dos filhos. Mas, por que a escolaridade dos pais e a posição de classe do pai nada nos dizem a respeito do engajamento político do filho? Teremos a oportunidade de tornar o quadro explicativo mais complexo, mas, por ora, basta dizer que os efeitos clássicos da escolaridade e da classe social de um indivíduo sobre a sua participação não são transferíveis, de forma direta, para a participação dos filhos.

O que chama a atenção é o papel que atributos individuais desempenham na formação de cidadãos mais ou menos participativos. Mesmo quando controladas pelas condições sócio-econômicas e pelo ambiente escolar, o hábito de acompanhar o que acontece no mundo da política, a auto-percepção de ser capaz de entender esses fenômenos e a condição de ser religioso contribuem, de forma substantiva, para explicar porque alguns jovens participam mais do que outros.

Será que o nosso modelo se comportaria da mesma forma se aplicássemos ele a cada um dos três tipos de participação? É isso que veremos agora.

Começando pelas formas de participação estudantil, encontramos algumas novidades. Uma delas é que aqueles que afirmam que fariam o uso da palavra em debate público na escola¹⁵, se engajam mais em atividades relacionadas à representação estudantil e ao trabalho voluntário realizado pela escola (tabela 2). Apesar de ser difícil de estabelecer a antecedência causal entre a propensão a participar de debate e o engajamento em atividades estudantis, é razoável supor que a motivação exerça algum efeito sobre o comportamento político, o que, aliás, é um dos principais argumentos desse artigo.

Tabela 2: modelo de regressão logística multinomial

¹⁵ Para medir essa propensão, incluímos a seguinte pergunta no questionário: “Imagine que você está presente em um debate organizado pela escola com a presença de todos os alunos e professores, o que você faria?”. O jovem poderia escolher entre as seguintes respostas: 1. Defenderia em público as suas opiniões, 2. Não falaria em público, conversando depois sobre o assunto com os seus colegas, ou 3. Guardaria suas opiniões só para você?

Variável Dependente: Participação Estudantil¹⁶

	B	Exp B
Participação em uma atividade		
Constante	- 0,584	
Escola pública militar (pública)	- 0,125	0,883
Escola Particular de classe média (pública)	- 0,673	0,288
Escola Particular de elite (pública)	- 0,569	0,462
Escolaridade dos pais	0,268	1,308
Participação dos pais	- 0,237	0,186
Exposição à informação política	0,019	1,019
Eficácia política subjetiva	0,210	1,234
Propensão a debater	0,233	1,262
Postura crítica	0,246	1,278
Religioso	0,219	1,245
Participação em duas ou mais atividades		
(Constante)	-1,579**	
Escola pública militar (pública)	- 0,411	0,663
Escola Particular de classe média (pública)	- 0,558	0,572
Escola Particular de elite (pública)	- 0,310	0,734
Escolaridade dos pais	-0,211	1,234
Participação dos pais	- 0,14	0,986
Exposição à informação política	0,074**	1,077
Eficácia política subjetiva	0,318	1,375
Propensão a debater	0,89**	2,246
Postura crítica	-0,014	0,986
Religioso	0,987**	2,682
N	351	
Nagelkerke R ²	0,145	
Qui-quadrado	45,65**	

** Estatisticamente significativa a 0,05

A categoria de referência da variável dependente é “não participa de nenhuma atividade estudantil”.

As categorias de referência das variáveis independentes estão entre parêntesis.

Outro dado chama a atenção: os jovens religiosos são mais dedicados a atividades de representação estudantil e ao trabalho comunitário promovido pela escola. Possivelmente, isso está associado ao fato de que a ação cívica voluntária faz parte do

¹⁶ Incluímos, em outro modelo, o sexo e a raça dos respondentes. Como os padrões de resultados para as variáveis de interesse teórico do trabalho foram muito parecidos nos modelos com e sem esses controles estatísticos, optamos por apresentar o modelo sem eles.

cotidiano das pessoas que vivem num ambiente religioso¹⁷, ajudando a constituir um estoque de disposição participativa.

Outra novidade relevante é o fato de que a participação dos pais perde o seu poder explicativo quando se trata da participação estudantil. Aliás, esse é o único tipo de participação dos filhos que não está associada à participação dos pais. Já o interesse ativo por política, expresso pela busca freqüente de informação política, mantém a relevância que apresentou no modelo geral de participação.

O segundo tipo de participação é o envolvimento em ações políticas não-eleitorais, tais como assinar abaixo-assinados e participar de manifestações públicas. Diferentemente da participação estudantil e da associativa, essa modalidade de engajamento não envolve, necessariamente, atividades contínuas e vinculadas à representação ou associação política.

No ambiente familiar, a participação dos pais é o fator decisivo do envolvimento dos filhos em ações desta natureza (tabela 3). A escolaridade dos pais também está associada à ação política individual, mas varia no sentido inverso. Esse efeito negativo, ainda que discreto, desafia a interpretação convencional dos dados. Mas, conforme veremos na próxima seção, o efeito substantivo da escolaridade dos pais ocorre de forma indireta e segue a sabedoria convencional a respeito da relação entre escolaridade e participação política.

Tabela 3: modelo de regressão logística multinomial

Variável Dependente: Participação em ações políticas não-eleitorais

	B	Exp B
Participação em uma ação		
Constante	0,475	
Escola pública (particular de elite)	- 0,859	0,423
Escola pública militar (particular de elite)	- 0,537	0,584
Escola particular classe média (particular de	- 0,547	0,578
Escolaridade dos pais	- 0,153	0,858
Participação dos pais	0,317*	1,373
Exposição à informação política	- 0,14	0,936
Eficácia política subjetiva	0,714**	2,042
Propensão a debater	0,366	1,441

¹⁷ O papel do ambiente religioso na aquisição de habilidades necessárias para a participação política é um dos principais achados do modelo do voluntarismo cívico de Verba, Schlozman e Brady (1995).

	Postura crítica	0,68	1,071
	Religioso	0,168	1,183
	Sexo (mulher)	- 0,669**	0,512
	Raça (preto)	- 0,213	0,808
Participação em duas ou mais ações			
	Constante	-1,048	
	Escola pública (particular de elite)	- 1,617**	0,199
	Escola pública militar (particular de elite)	- 1,788***	0,167
	Escola particular classe média (particular de	- 1,458***	0,233
	Escolaridade dos pais	-0,505*	0,603
	Participação dos pais	0,698***	2.011
	Exposição à informação política	0,61**	1,063
	Eficácia política subjetiva	0,789**	2,202
	Propensão a debater	0,318	1,374
	Postura crítica	0,675**	1,965
	Religioso	0,242	1,274
	Sexo (mulher)	- 0,839***	0,432
	Raça (preto)	0,090	1,094
<hr/>			
	N	351	
	Nagelkerke R ²	0,227	
	Qui-quadrado	86,108***	

*** Estatisticamente significativa a 0,01

** Estatisticamente significativa a 0,05

* Estatisticamente significativa a 0,10

A categoria de referência da variável dependente é “não participa de nenhuma ação política não-eleitoral”. As categorias de referência das variáveis independentes estão entre parêntesis.

No caso das ações políticas não-eleitorais, os alunos das escolas de elite são mais participativos do que os demais. Isso não significa que exista, aqui, uma hierarquia de acordo com o status sócio-econômico das escolas, pois não há relação estatisticamente significativa quando se compara os demais tipos de escola.

Nessa modalidade de participação, confirma-se a conclusão de outros estudos (Zukin, Keeter, Andolina, Jenkins e Delli Carpini, 2006; Campbell, 2006), quanto à maior participação das mulheres. O curioso é que, em outro trabalho (Fuks e Batista, 2010) sobre esse mesmo público jovem, descobrimos que os homens têm mais interesse e mais conhecimento sobre política. Fica a pergunta: por que esse maior interesse não é convertido em maior participação? Em todo o caso, isso confirma a tese de que, embora

freqüentemente associados entre si, o engajamento intelectual (Zaller, 1992) e o engajamento prático com a política são dois fenômenos distintos.

As características individuais são decisivas para a participação em ações políticas não eleitorais. Os efeitos da atenção em relação à política, do sentimento de que é capaz de entender o que ali acontece e da adoção de postura crítica e ativa revelam como as orientações subjetivas (Almond e Verba, 1981) são importantes motores da participação política, mesmo sendo essa relação causal de mão-dupla.

As atividades associativas constituem o terceiro tipo de participação política. A novidade que o modelo com a participação em organizações da sociedade civil traz é o efeito do ambiente escolar (tabela 4). Esperávamos um efeito positivo e linear entre o tipo de escola e a participação política do jovem. Mas, o ambiente escolar influencia a prática associativa do jovem no sentido inverso: são os alunos de escolas públicas que participam mais nas organizações da sociedade civil.

A participação dos pais continua sendo o único aspecto do ambiente familiar que estimula a participação. De resto, não há nenhuma surpresa no padrão do efeito dos atributos individuais sobre a participação dos jovens em associações da sociedade civil: quem se interessa mais, acompanhando o que acontece no dia a dia da política, participa mais.

Tabela 4: modelo de regressão logística binomial

Variável Dependente: Participação em organizações da sociedade civil

	B	Exp B
Constante	- 0,795	
Escola pública militar (pública)	- 0,987**	0,376
Escola Particular de classe média (pública)	- 1,193**	0,303
Escola Particular de elite (pública)	- 1,533**	0,216
Escolaridade dos pais	0,126	1,134
Participação dos pais	0,684***	1,982
Exposição à informação política	0,52**	1,054
Eficácia política subjetiva	0,439	1,551
Propensão a debater	0,86	0,918
Postura crítica	0,109	1,115
Religioso	- 0,303	0,738
Sexo (mulher)	- 0,105	0,900
Raça (negro)	0,608	1,837
N	351	

Nagelkerke R ²	0,145
Qui-quadrado	45,65**

*** Estatisticamente significativa a 0,01

** Estatisticamente significativa a 0,05

As categorias de referência das variáveis independentes estão entre parêntesis.

A categoria de referência da variável dependente é “não participa de nenhuma organização”.

Sintetizando nossa análise, identificamos, até o momento, alguns importantes condicionantes da participação política dos jovens. Tanto a análise geral como específica dos três tipos de participação revelaram a influência decisiva de atributos individuais sobre o ativismo político dos jovens, com destaque para a exposição à informação e a eficácia política subjetiva. Isso reforça a tese de que as vantagens asseguradas por fatores estruturais (recursos, oportunidades, etc.) só são convertidos em participação quando há motivação individual (Verba, Schlozman e Brady, 1995).

Além disso, vimos que, entre os fatores que constituem o ambiente familiar, é apenas a participação dos pais que tem um efeito direto sobre a participação dos filhos. O ambiente escolar afeta, mas não de forma inequívoca, a participação do jovem, atuando em sentidos opostos, dependendo da modalidade de participação. Outros fatores, como o sexo e a religião, são relevantes, mas apenas para tipos específicos de participação.

Isso poderia ser visto como uma boa notícia, pois, se a classe e a escolaridade dos pais não têm influência sobre a chance de o jovem participar e a escola não atua, em todos os casos, da forma esperada nesse processo, isso significa que desigualdades sócio-econômicas não fomentam a desigualdade política entre jovens.

Mas, como veremos a seguir, a escolaridade e o tipo de escola têm efeitos expressivos sobre a participação dos jovens. Para sustentar esse argumento, passamos a analisar os processos por meio dos quais ocorrem efeitos indiretos e tardios sobre o engajamento político dos alunos de ensino médio de belo Horizonte.

EFETOS INDIRETOS

Conforme vimos na seção anterior, as condições sócio-econômicas da família não influenciam o ativismo político do jovem. Nos nossos modelos, o efeito da escolaridade

dos pais, na única vez em que foi estatisticamente significativa, surpreendeu por ser negativo.

Uma análise mais cuidadosa da relação entre o contexto sócio-econômico da família e a participação política do jovem nos convida a pensar numa dinâmica que vá além dos efeitos diretos, incluindo também a força menos visível dos efeitos indiretos.

Como já ficou claro em nossa análise, no ambiente familiar, a transmissão intergeracional da participação política depende exclusivamente da participação política dos pais. Mas, sabemos que a participação individual varia, em grande medida, em função da escolaridade e renda. Esperamos, portanto que, se não transmitem, diretamente, um ethos participativo aos filhos, esses fatores sejam, em parte, responsáveis por criar condições favoráveis para a transmissão familiar de uma atitude mais participativa.

Em relação ao ambiente escolar, num trabalho anterior (Fuks e Batista, 2010) com os dados da mesma pesquisa, mostramos ser ele o principal fator transmissor de conhecimento sobre política. As escolas que proporcionavam maior acesso à informação formavam jovens mais bem equipados cognitivamente para lidar com o mundo da política.

Os dados revelaram também que, além do acesso à informação, as escolas são heterogêneas quanto às condições que oferecem para o desenvolvimento de habilidades políticas, tanto as cognitivas como as comportamentais. As escolas privadas são, em geral, mais bem servidas por recursos que, além de permitirem acesso à informação política, estimulam o interesse dos jovens por política. Um exemplo disso é a presença de estruturas de participação, como o espaço para grêmios e o conselho de escola com representação estudantil.

Sendo assim, era de se esperar que os jovens matriculados em escolas mais elitizadas se engajassem mais em atividades políticas. Vimos, no entanto, que isso nem sempre ocorreu no sentido ou intensidade esperada, pois estudar em escola de elite explica um maior engajamento em apenas um dos três tipos de participação, o envolvimento em ações específicas. Na participação em organizações da sociedade civil, são alunos de escola pública os mais ativos. Já o ativismo estudantil não tem associação com o tipo de escola que o jovem frequenta.

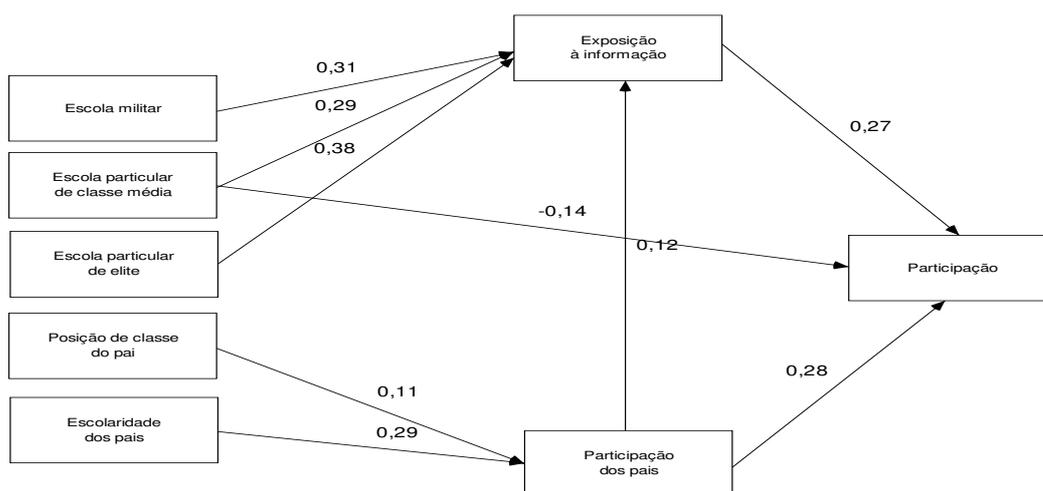
Não temos a resposta para essa questão, mas, novamente, se considerarmos a ação indireta do ambiente escolar sobre a participação do jovem, as diferentes estruturas de

oportunidade e estímulos à participação política disponibilizados pelas escolas interferem, de fato, na participação dos alunos. Se não conduzem à participação, essas estruturas, certamente, fomentam a busca de informação política, o principal condicionante motivacional da participação política.

Portanto, os impactos mais expressivos da dimensão sócio-econômica do ambiente familiar e do contexto escolar sobre o comportamento político do jovem não são diretamente observáveis. Eles seguem duas principais trajetórias. A primeira tem origem na escolaridade e classe social dos pais, as quais criam condições mais os menos favoráveis para a sua participação política, que, por fim, atuam sobre a participação do jovem. A segunda tem como ponto de partida o ambiente escolar, o qual define a possibilidade de acesso à informação política, que, por sua vez, conduz a níveis distintos de participação política.

Importante observar que o engajamento político dos pais afeta duplamente a participação dos filhos, tanto de forma direta como indireta, neste caso motivando a aquisição de informação política. Ou seja, um ambiente familiar participativo tende também a ser politizado, estimulando conversas e a busca de informações políticas nos meios de comunicação, as quais conduzem ao comportamento mais participativo.

Figura 1: Efeitos Indiretos sobre a Participação Geral (coeficientes padronizados)¹⁸



¹⁸ Todos os coeficientes apresentados no diagrama são estatisticamente significantes a 0,05. Nesse modelo, as variáveis independentes mostradas no diagrama foram controladas por raça, sexo, eficácia política subjetiva, religiosidade, atitude crítica e propensão a participar de debate público. A categoria de referência para todos os tipos de escola é “escola pública” e para a posição de classe do pai é “não-elite”. Para uma apresentação detalhada de como as variáveis de classe foram transformadas em uma variável binária, ver anexo I, no final do artigo.

EFEITOS TARDIOS

Acreditamos que o nosso modelo, incluindo os efeitos indiretos, capta melhor a dinâmica da socialização política, a partir de um quadro explicativo em dois níveis, dando conta tanto da participação dos próprios pais quanto da transmissão desta participação para os filhos. Da mesma forma, a conexão entre a escola e a participação política do jovem articula-se em dois estágios, passando pela capacidade da escola estimular o interesse do jovem por política.

Mas, ainda falta levar em consideração que o processo de socialização política não gera apenas efeitos imediatos. Grande parte dos efeitos de socialização ocorre na vida adulta. Isso é ainda mais verdadeiro quando se trata da participação política, até mesmo porque o adolescente está ainda num estágio da vida em que algumas das atividades políticas tradicionais não são consideradas ou mesmo facultadas a ele. Se concordarmos com Sears e Valentino (1997) que o comportamento eleitoral é um importante elemento da socialização política, é relevante o fato de que, para a maioria dos jovens do nosso estudo (84% deles têm entre 14 e 16 anos), a participação eleitoral não se apresentava, na época, sequer como possibilidade.

Nessa última seção, incluiremos, em nossa análise, alguns possíveis efeitos tardios da socialização política dos alunos de ensino médio de Belo Horizonte. Parte dos efeitos tardios pode ser captada pela propensão a se envolver com atividades políticas. Nesse caso, trata-se, na verdade, de uma modalidade de efeito indireto, cuja relação causal não se estabelece de forma imediata: a motivação de participar, hoje, influencia a propensão a participar, no futuro, a qual, por sua vez, tem efeitos diretos sobre a participação adulta.

O interesse por assuntos políticos, o sentimento de ser capaz de entender o mundo da política, a atitude crítica e ativa em relação a atos praticados por autoridades, na escola, e a disposição de participar, ativamente, de debate realizado na escola são algumas das orientações subjetivas que expressam uma propensão a participar da vida política.

Já vimos que todos esses atributos individuais, em maior ou menor medida, explicam a participação do jovem, no presente. Supomos que essas características

formem um estoque de estímulo ao ativismo, que estarão à disposição do indivíduo¹⁹ quando, na vida adulta, novas oportunidades de participação surgirem.

Destacam-se, entre as causas destes fatores motivacionais, o ativismo político dos pais e, principalmente, o tipo de escola. Para identificarmos esse padrão, vamos ilustrá-lo a partir de duas variáveis motivacionais clássicas: o interesse ativo, manifesto na busca de informação política, e a eficácia política subjetiva. Já vimos, em nossa análise dos efeitos indiretos, a influência do tipo de escola e da participação dos pais sobre a exposição dos jovens à informação política. São os alunos de escolas mais elitizadas e que vivem, em casa, num ambiente mais politizado que adquirem esse valioso recurso de motivação política.

Da mesma forma, é o tipo de escola que explica a eficácia política subjetiva (tabela 5). Os alunos de escolas públicas (exceto as militares) têm menos chances de se perceberem capazes de entender o que acontece na política do que os alunos das demais escolas. Pelos valores da regressão, a relação entre tipo de escola e eficácia política é, claramente, linear: quanto mais elitizada a escola, maiores são as chances de seus alunos, em relação ao que estudam em escola pública, se sentirem politicamente eficazes.

Tabela 5: Modelo de Regressão Logística binomial

Variável Dependente: Eficácia Política Subjetiva²⁰

	B	Exp B
Constante	-1,804***	
Escola pública militar (pública)	1,035**	2,815
Escola Particular de classe média (pública)	1,411***	4,099
Escola Particular de elite (pública)	2,118***	8,317
Escolaridade dos pais	0,045	1,046
Participação dos pais	- 0,155	,857
Religioso	0,002	1,002
Sexo (mulher)	0,228	1,257
Raça (negro)	0,403	1,497
N	351	
Nagelkerke R ²	0,139	
Qui-quadrado	36,418***	

¹⁹ Importante observar que não estamos aqui especificando que tipo de participação será essa. Pode ser, por exemplo, apenas um maior interesse em votar ou, no outro extremo, a militância partidária.

²⁰ Foi perguntado ao entrevistado se “Às vezes política e governo parecem tão complicados que uma pessoa como você não pode realmente entender o que se passa”. A categoria de referência é a resposta “concordo”.

*** Estatisticamente significativa a 0,01

** Estatisticamente significativa a 0,05

As categorias de referência das variáveis independentes estão entre parêntesis.

Portanto, os recursos que criam uma disposição participativa dependem de um ambiente escolar com estruturas que promovam orientações subjetivas favoráveis à participação e, mais uma vez, de um ambiente familiar politicamente ativo. Isso só reforça o papel que a dimensão propriamente política do ambiente familiar desempenha na formação do perfil político do jovem. Sua influência, além de expressiva, está presente em todas as possíveis trajetórias, de forma direta, indireta e tardia.

Nossa análise confirma também que, embora não tenham efeito direto, as condições sócio-econômicas importam substantivamente quando se trata de entender a participação do jovem, tanto, de forma indireta, no presente, como em sua vida adulta, mediante a aquisição, na escola, de recursos e habilidades que estimularão, no futuro, a sua participação.

As condições sócio-econômicas atuam, ainda, de outra forma sobre a participação política do jovem, no futuro. Essa ação ocorre por meio da associação entre a reprodução da desigualdade social e da reprodução da desigualdade política, esta acompanhando aquela (Verba, Schlozman e Brady, 1995). Se os filhos de pais mais escolarizados e que ocupam profissões mais elitizadas tendem a manter, na vida adulta, essas posições na hierarquia social, são estes que, mais tarde, participarão mais da vida política. Seguindo essa linha de raciocínio, se esse grupo social participa hoje menos do que se espera é porque o seu estoque de predisposição participativa não apenas está sendo formado, mas também será fortalecido pelas condições que a sua futura situação sócio-econômica propiciará, promotoras de vínculos com organizações da sociedade civil e do pertencimento a redes sociais formadas a partir de sua posição profissional (Nie, Junn e Stehlik-Barry, 1996; Verba, Schlozman e Brady, 1995).

CONCLUSÃO

Buscamos, nesse artigo, compreender os processos mediante os quais ocorre a transmissão intergeracional da participação política a partir da análise dos ambientes socializadores de alunos de ensino médio de Belo Horizonte. Analisando três tipos da atividade participativa, descobrimos que o elo de transmissão direta da participação é o

envolvimento dos pais com atividades de natureza associativa. Fatores sócio-econômicos, como a escolaridade e a classe social dos pais, pouco tem a ver com a socialização política do jovem, e, quando têm, a associação é negativa. Em relação ao tipo de escola que o jovem frequenta, não há um padrão que nos permita afirmar o sentido da associação entre o ambiente escolar e a participação política.

Ao contrário do que ocorre com a socialização, são vários os atributos individuais que têm efeito sobre a participação do jovem. Em conjunto, o interesse ativo por política, a eficácia política e a atitude crítica trazem evidências de que a motivação individual se converte em participação política efetiva.

Além de todos esses efeitos diretos sobre a participação dos jovens, consideramos também fatores que, embora não tenham influência direta ou imediata sobre a participação política, definem as condições geradoras da participação atual ou futura dos jovens. Ao incluir, em nosso modelo, os efeitos indiretos, descobrimos os mecanismos específicos por meio dos quais os ambientes escolar e familiar exercem influência sobre a participação do jovem. De forma indireta, agindo sobre a participação dos pais, a escolaridade e a classe social dos pais são excelentes preditores do envolvimento dos filhos em atividades participativas. Da mesma forma, a associação entre o tipo de escola e o hábito de se informar sobre política esclarece de que forma o ambiente escolar afeta a participação dos jovens.

Não há como analisar o impacto da socialização sobre a participação sem considerar que determinados efeitos só serão desencadeados no futuro. Por isso, reservamos a última parte do artigo para considerações a respeito da presença de efeitos tardios na transmissão intergeracional do comportamento político.

Argumentamos, então, que os fatores de natureza motivacional podem ser entendidos como indicadores de uma disposição do jovem para a participação da vida política na vida adulta. Essa propensão a participar é socialmente estruturada, dependendo, em grande medida, do tipo de família e do tipo de escola que o jovem frequenta.

A mensagem substantiva desses efeitos indiretos e tardios é a de que a desigualdade sócio-econômica tem um impacto considerável sobre a desigualdade política. Jovens que têm pais mais escolarizados e que têm ocupação profissional mais elitizada, que frequentam escolas cuja estrutura oferece melhores condições de acesso a

informações e oportunidade de participação, são os que mais participam de organizações da sociedade civil, de atividades estudantis e de ações políticas específicas.

Ainda assim, alguns aspectos de nossa análise revelam a existência de dinâmicas que não seguem o padrão de reprodução da desigualdade. Esse é o caso do vínculo religioso como elemento fomentador da participação política²¹. Além disso, ser mulher também promove participação. Dentre os fatores que indicam caminhos que, se estimulados, conduzem a distribuição mais igualitária da participação política, o mais relevante, devido a sua marcante influência direta sobre todas as modalidades de participação política, é motivação individual, especialmente, em sua associação com um ambiente familiar politicamente estimulante. Embora se desenvolvam com maior facilidade em famílias de nível sócio-econômico mais alto, a busca por informação política, a propensão a participar de debate, a postura crítica e eficácia subjetiva dos jovens, assim como o envolvimento dos pais com atividades participativas, são, socialmente, distribuídas de forma mais igualitária do que a classe social e a escolaridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G. e VERBA, S. (1963) *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Princeton, Princeton University Press.

ALMOND, G. e VERBA, S. (orgs.). (1981), *The Civic Culture Revisited*, Newsbury Park, Ca., Sage Publications.

ANDOLINA, M.; JENKINS, K.; ZUKIN, C.; KEETER, S (2003), “Habits from Home, Lessons from School: Influences on Youth Civic Engagement”. *Political Science and Politics*, 36 (2), pp. 275-280.

CAMPBELL, D. (2006), *Why we vote: how schools and communities shape our civic life*, Princeton, Princeton University Press.

²¹ Esse dado aponta no mesmo sentido da tese de que a participação ativa em atividades promovidas por instituições religiosas desenvolve habilidades úteis para a participação política (Verba, Schlozman e Brady, 1995).

FUKS, M; BATISTA, F. (2010), “Informação e Conceituação: Um Estudo sobre a Dimensão Cognitiva da Desigualdade Política entre Jovens de Belo Horizonte”. *Trabalho* apresentado no 34ª encontro anual da Anpocs. Caxambu, 25-29 de outubro de 2010.

HILLYGUS, S. (2005), “The missing link: Exploring the Relationship Between Higher Education and Political Engagement”. *Political Behavior*, 27 (1), pp. 25-47.

ICHILOV, O (2007), “Civic Knowledge of High School Students in Israel: Personal and Contextual Determinants”. *Political Psychology*, 28 (4), pp. 417-440.

JENNINGS, K. (2000), “Participation as Viewed through the Lens of the Political Socialization Project”. Paper presented at the Conference on Political Participation: Building a Research Agenda, Center for the Study of Democratic Politics, Princeton University October 12-14, 2000.

JENNINGS, K.; STOKER, L.; e BOWERS, J. (1999), “Politics Across Generations: Family Transmission Reexamined”. Paper prepared for presentation at the 1999 American Political Science Association Convention, Atlanta, Georgia, September 1999.

NIE, N.; JUNN, J. e STEHLIK-BARRY (1996), *Education and Democratic Citizenship in America*, Chicago, University of Chicago Press.

NIEMI, R. e CHAPMAN, C. (1998), “The Civic Development of 9th- Through 12th-Grade Students in the United States: 1996”. Statistical Analysis Report. National Center for Education Statistics, U.S. Department of Education.

BOURDIEU, P. (2008), “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (orgs.), *Pierre Bourdieu: Escritos de Educação*, Petrópolis, Editora Vozes.

SEARS, D. e VALENTINO, N (1997), “Politics Matters: Political Events as Catalysts for Preadult Socialization”. *The American Political Science Review*, 91 (1), pp. 45-65.

FINKEL, S. E. (2003), “Can democracy be taught?”, *Journal of Democracy*, 14 (4), pp. 137-151.

FINKEL, S. E. e ERNST, H. R. (2005), “Civic Education in Post-Apartheid South Africa: Alternative Paths to the Development of Political Knowledge and Democratic Values”, *Political Psychology*, 26 (3), pp. 333-364.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; e BRADY, H. E. (1995), *Voice and Equality: Civic voluntarism in American politics*, London, Harvard University Press.

VERBA, S.; BURNS, N.; e SCHLOZMAN, K. L. (2003), “Unequal at the Starting Line: Creating Participatory Inequalities across Generations and among Groups”. *The American Sociologist*, 34 (1), pp. 45-69.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; e BURNS, N. (2005), “Family Ties: Understanding the Intergenerational Transmission of Participation”, In. ZUCKERMAN, A. S. Zuckerman (org.), *The Social Logic of Politics*, Philadelphia, Temple University Press.

ZALLER, J. (org.) (1992), *The Nature and Origins of Mass Opinion*, Cambridge, Cambridge University Press.

ZUKIN, C.; KEETER, S.; ANDOLINA, M.; JENKINS, K.; DELLI-CARPINI, M. (2006), *A New engagement? Political, Civic Life, and the Changing American Citizen*, Oxford, Oxford University Press.

ANEXO I: CONSTRUÇÃO DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Em nosso estudo, as variáveis que representam as diferenças no ambiente familiar dos jovens são as seguintes:

AMBIENTE FAMILIAR

- 1) *Posição de classe do pai*: foi perguntado ao entrevistado qual era a ocupação de seu pai. A partir das respostas obtidas, foi feita uma categorização das ocupações em termos de posições de classe. As posições de classe definidas eram as seguintes: trabalhador manual (englobando raros casos de desempregados), trabalhador operacional qualificado, trabalhador administrativo, trabalhador autônomo, gerentes/administradores/supervisores, profissional/especialista, empresário empregador. A partir dessas 7 posições de classe, foi construída uma variável binária que resumisse a linearidade contida entre as variáveis, de modo a obter maior parcimônia no modelo. As posições de classe foram divididas entre posição de elite ou não (0 = não elite, incluindo trabalhador manual, trabalhador operacional qualificado, trabalhador administrativo e trabalhador autônomo; 1 = elite, incluindo gerentes/administradores/supervisores, profissional/especialista e empresário empregador). Dos 351 casos, 13 apareceram sem resposta, e foram imputados na categoria de referência, ou seja, como “não elite”;
- 2) *Escolaridade dos pais*: foi criado um construto a partir da Análise Fatorial por Eixos Principais que aglutinou os anos de escolaridade completos do pai e da mãe do respondente, de modo a obter apenas uma variável geral de escolaridade dos pais. As duas variáveis isoladas foram medidas em termos dos graus escolares completos ou incompletos do pai e da mãe. Para transformá-las em variáveis contínuas, foi seguida a estratégia de Bills e Haller (1984), atribuindo os seguintes valores para os anos de escolaridade: 0 (nunca frequentou a escola), 2 (1ª a 4ª série do fundamental incompleto), 4 (1ª a 4ª série do fundamental completo), 6 (5ª a 8ª série do fundamental incompleto), 8 (5ª a 8ª série do fundamental completo), 9,5 (1º ao 3º do ensino médio incompleto), 11 (1º ao 3º ano do ensino médio completo), 13 (curso superior incompleto), 15 (curso superior completo), 16 (pós-graduação incompleta) e 17 (pós-graduação completa);
- 3) *Participação política dos pais*: foi também criado um construto por Análise Fatorial por Eixos Principais que aglutinou a participação política do pai e da mãe do respondente. Os índices de participação política do pai e da mãe foram

construídos a partir da contagem do número de associações, partidos e sindicatos dos quais os pais dos respondentes participam.

AMBIENTE ESCOLAR

Variáveis binárias das escolas: uma das variáveis, em nosso banco de dados, buscava captar em um só indicador o tipo de ambiente escolar freqüentado pelo respondente. As categorias definidas foram as seguintes: escola pública, escola pública militar, escola particular de classe média e escola particular de elite. Foram criadas variáveis indicadoras (binárias) a partir das quatro categorias. Em alguns modelos a categoria de referência é a escola pública e em outros é a escola particular de elite.

Os critérios utilizados na classificação das escolas como de elite e classe média foram a mensalidade e a localização geográfica. Assim, nenhuma escola de classe média tem, na primeira e segunda série do ensino médio, mensalidade superior a R\$ 520,00, enquanto que as mensalidades das escolas de elite variam entre R\$ 642,00 e 738,00. Da mesma forma, além de serem reconhecidas publicamente como “tradicionais”, todas as escolas de elite se situam na região mais valorizada de Belo Horizonte (zona sul). Já as escolas de classe média ficam em regiões menos “nobres” da cidade. No caso das escolas públicas e militares, a classificação apenas reproduz a identidade jurídica dessas escolas.

CARACTERÍSTICAS DO JOVEM

Por fim, um terceiro conjunto de variáveis remete a atributos individuais que não dizem respeito diretamente aos ambientes familiar e escolar. Apesar de sua associação com estruturas de oportunidade (por exemplo, o jovem que tem, em sua casa, a assinatura de um jornal de circulação nacional, encontra melhores condições de acesso aos meios de informação política do que aquele que não tem), essas variáveis serão, aqui, consideradas como atributos do indivíduo, pois, ao contrário da escolaridade ou participação política dos pais, a exposição à informação e o interesse por política só ocorrem quando há iniciativa do jovem.

- 1) *Exposição à informação política nos meios de comunicação e em conversas do dia-a-dia*: foi perguntado com que freqüência o respondente se considerava exposto a informação política em certos meios de comunicação e em conversas

do dia-a-dia, mais especificamente sete tipos: a) TV e rádio; b) jornais e revistas impressos e; c) internet; a) conversas com amigos; b) conversas na família; c) conversas em atividades na escola e; d) conversas com o professor. Para cada um dos sete tipos foi fornecida uma escala com a gradação de exposição do respondente (0 = Nunca; 1 = Raramente, 2 = Algumas vezes por mês, 3 = Algumas vezes por semana, 4 = Diariamente). O índice de exposição aos meios de comunicação foi feito a partir do somatório das respostas às três questões, de modo a constituir uma variável contínua (Alpha de Cronbach = 0.795);

- 2) *Eficácia Política subjetiva*. Fizemos a seguinte pergunta: “Às vezes política e governo parecem tão complicados que uma pessoa como você não pode realmente entender o que se passa”. A resposta era dada numa escala de likert, de cinco pontos, com as seguintes alternativas: concordo totalmente, concordo em parte, nem concordo nem discordo, discordo em parte e discordo totalmente. Criamos uma variável binária, excluindo a opção do meio e agregando os dois pares das pontas, de tal forma que cada uma das novas categorias expressasse a totalidade das atitudes em uma das duas direções (concordando ou discordando).
- 3) *Postura crítica em relação a atos percebidos como injustos*. Perguntamos ao entrevistado qual seria a sua reação a um ato de censura, por parte da diretoria da sua escola, de uma matéria de jornal de alunos criticando a escola²². Oferecemos cinco respostas: 1. Aceitaria a decisão da diretora, pois cabe a ela decidir sobre o que deve ser publicado, 2. Seria contra a decisão da diretora, mas não entraria na discussão, 3. Seria contra a decisão da diretora e buscaria, junto com os seus colegas, formas de defender a publicação do jornal, ou 4. Não se posicionaria, pois pra você tanto faz? Reduzimos as quatro alternativas de resposta a três, juntando a atitude de indiferença e a de aceitação do ato de censura numa mesma categoria, indicando a postura menos crítica.
- 4) *Propensão a debater em público*. Uma das perguntas, no questionário, era sobre a participação do aluno em debate na escola. Queríamos saber se ele defenderia, em público, as suas idéias.
- 5) Perguntamos, então: “Imagine que você está presente em um debate organizado pela escola com a presença de todos os alunos e professores, o que você faria?”.

²² Numa edição, um aluno escreveu uma matéria em que criticava a escola. Por isso, a diretoria resolveu não publicar o jornal. Qual seria a sua reação?

O jovem poderia escolher entre as seguintes respostas: 1. Defenderia em público as suas opiniões, 2. Não falaria em público, conversando depois sobre o assunto com os seus colegas, ou 3. Guardaria suas opiniões só para você?

- 6) Transformamos esta variável em uma variável binária, opondo a primeira alternativa de resposta às outras duas.
- 7) *Religioso*: A partir da identificação, no banco de dados, de dados sobre religião, classificamos os entrevistados em duas categorias: religiosos e não-religiosos. As categorias originais eram: católico; católico não praticante; evangélico ou protestante; espírita; religião dos orixás e; não tem religião.
- 8) Na recodificação, consideramos religiosos os católicos praticantes e os evangélicos ou protestantes. Embora correndo o risco generalizar e, portanto, simplificar a realidade, consideramos os evangélicos ou protestante como religiosos. O que deixou mais confortável com esta escolha foi o fato de que excluindo os evangélicos ou protestantes da construção da variável e, assim, tendo apenas os católicos praticantes na categoria “religioso” os resultados de nossas análises seguiram a mesma direção.
- 9) Duas dessas categorias não foram consideradas na recodificação. A primeira delas foi a “religião dos orixás”, pois nenhum dos entrevistados declarou pertencer a esta religião. A segunda, devido a singularidades desta religião ou à nossa dificuldade em enquadrá-los como religiosos ou não, foram os espíritas.

ANEXO II: CONSTRUÇÃO DAS VARIÁVEIS DEPENDENTES

Para elaborar as nossas variáveis dependentes, utilizamos três conjuntos de variáveis, cada um deles associado a uma dimensão da participação.

O primeiro conjunto é constituído por atividades estudantis, incluindo: trabalho voluntário organizado pela escola, participação em Conselho de Classe, participação em Conselho de Escola, representante de turma, grêmio estudantil e outras organizações estudantis.

Outro conjunto de variáveis indica a participação individual em ações políticas específicas. Foram consideradas as seguintes atividades: participar de reunião do bairro

ou da comunidade, assinar manifesto ou abaixo-assinado, participar de manifestações ou passeatas e participar de greves.

Incluimos também, no questionário, um conjunto de atividades de cunho associativista. Segue o elenco de atividades que foram apresentadas ao entrevistado: a) associação comunitária, de moradores ou sociedade de amigos do bairro, b) associação ligada à defesa de direitos de minoria, tais como o movimento negro, indígena, feminista ou de liberdade de opção sexual, c) associação ligada a temas sociais, tais como saúde, educação, moradia, meio ambiente, cultura, d) sindicato, e) Orçamento Participativo.

Construímos, inicialmente, quatro escalas de participação. A primeira é um somatório geral de todos os itens de atividades participativas. A segunda foi formada pela soma dos itens de participação estudantil. Adotamos o mesmo procedimento na criação das duas outras escalas, a de participação individualizada em atividades específicas e na participação de caráter associativo.

Por fim, devido ao número baixo de casos em vários pontos das escalas, transformamos algumas escalas em variáveis binárias e outras, em escalas reduzidas a três pontos. Apresentamos, em seguida, como o resultado final desse procedimento, as variáveis que foram utilizadas em nossos modelos.

- 1) *Participação Geral*. Esta variável é uma escala criada a partir do somatório simples do conjunto de itens de todos os tipos de participação.
- 2) *Participação estudantil*. Para criar essa variável, convertimos as seis variáveis originais em três categorias: 1) nenhuma participação até uma atividade; 2) participação em uma atividade; 3) participação em duas ou mais atividades.
- 3) *Participação em ações políticas não-eleitorais*. Atribuindo o mesmo peso a cada uma das quatro atividades que constam do questionário, esta variável passou a ter três categorias: 1) não participou de nenhuma ação, 2) participou de uma ação e 3) participou de duas ou mais ações.
- 4) *Participação em organizações da sociedade civil*. Devido à baixa participação dos jovens em associações da sociedade civil, transformamos os cinco pontos da escala de associativismo em uma variável binária, indicando se o jovem tem, ao menos, um vínculo associativo.

